SOBRE O SENTIDO E A REFERÊNCIA[1]

ON MEANING AND REFERENCE

Gottlob Frege[2]

[1] Texto original: FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. FUNDAMENTO – Rev. de Pesquisa em Filosofia, v. 1, n. 3, mai./ago., 2011. Tradução de Sérgio R. N. Miranda. Universidade Federal de Ouro Preto. O presente artigo, bem como o texto de apresentação do autor, foi gentilmente cedido pelo Prof. Marcus Paulo Rycembel Boeira.

[2] Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848-1925) é um filósofo alemão de notável proeminência nas áreas de lógica e filosofia da matemática. Considerado um dos fundadores da filosofia analítica, só passou a ser reconhecido como um gênio da área após décadas de ostracismo, que intercorreu por ocasião da descoberta feita por Bertrand Russell, então professor de Cambridge, de alguns de seus escritos. Ambos mantiveram correspondência acadêmica, tendo a matemática de Frege influenciado a obra de Russell em muitos pontos. Frege aportou muitas contribuições para o campo da lógica em escritos como a *Conceitografia,* para a matemática com o seu *Fundamentos da Aritmética*, e para a filosofia analítica, com inúmeros artigos, dentro os quais destaca-se "*Sobre o sentido e a Referência"*. Neste opúsculo, sonda questões significativas como o sentido e a referência dos nomes próprios, as diferenças entre a linguagem ordinária e a linguagem-objeto da lógica, além de discernir as diferenças semânticas entre proposições e frases carentes de referência. O artigo ora publicado na Revista Res Severa Verum Gaudium é um deleite para quem quer que se interesse pela filosofia da linguagem. A leitura das obras de Frege é uma porta de entrada para o amplo e portentoso espaço da escola analítica, um autêntico ato de iniciação nos estudos da lógica simbólica contemporânea e da filosofia da matemática. Oxalá este pequeno, mas profundo ensaio, possa servir de muitas formas à comunidade acadêmica da nossa Faculdade de Direito.

RESUMO

A conexão regular entre o símbolo, seu sentido e a sua referência é tal que ao símbolo corresponde um sentido determinado, que por sua vez corresponde a uma referência determinada, enquanto à referência (a um objeto) não é só um símbolo que lhe corresponde. O mesmo sentido tem diferentes expressões em linguagens diferentes, até na mesma linguagem. Certamente, existem exceções para esse comportamento regular. É certo que em um conjunto perfeito de símbolos cada expressão deveria corresponder a um sentido; mas a linguagem comum não satisfaz muitas vezes essa exigência, e devemos já ficar satisfeitos se no mesmo contexto a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido. Talvez se possa conceder que uma expressão, que seja gramaticalmente bem construída e que tenha a função nome próprio, tenha sempre o mesmo sentido. Entretanto, por esse meio não fica estabelecido que ao sentido corresponda também uma referência. A expressão "o corpo celeste mais afastado da Terra" tem um sentido; mas é bastante duvidoso se ela tem também uma referência. A expressão "a série menos convergente" tem um sentido; mas prova-se que ela não tem referência, à medida que se pode encontrar para cada série convergente uma outra que seja ainda convergente. Portanto, mesmo que se apreenda o sentido, não se tem ainda com segurança uma referência.

PALAVRAS-CHAVE

Referência – Sentido – Símbolo – Lógica.

ABSTRACT

The regular connection between the symbol, its meaning and its reference is such that the symbol corresponds to a specific meaning, which in turn corresponds to a specific reference, while the reference (to an object) is not just a symbol that corresponds to it. The same meaning has different expressions in different languages, even in the same language. Of course, there are exceptions to this regular behavior. It's true that in a perfect set of symbols each expression should correspond to a meaning; but ordinary language doesn't often satisfy this requirement, and we should already be satisfied if in the same context the same word always has the same meaning. Perhaps it can be granted that an expression that is grammatically well constructed and has the function of a proper name always has the same meaning. However, this does not mean that the meaning also has a reference. The expression "the celestial body furthest from the Earth" has a meaning, but it is very doubtful whether it also has a reference. The expression "the least convergent series" has a meaning; but it proves that it has no reference, since for every convergent series you can find another that is still convergent. Therefore, even if you grasp the meaning, you still don't have a reliable reference.

KEYWORDS

Reference – Meaning – Symbol – Logic.

REFERÊNCIA: FREGE. Sobre o sentido e a referência. *Res Severa Verum Gaudium,* Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 4-26, abr. 2025.

A igualdade[3] desafia a reflexão com questões a seu respeito que não são fáceis de responder. Ela é uma relação? Uma relação entre objetos? Ou entre nomes ou símbolos de objetos? Havia admitido essa última alternativa na *Conceitografia* (*Begriffsschrift*). As razões que parecem depor a seu favor são as seguintes: $a = a$ e $a = b$ são nitidamente frases com valores cognitivos diferentes: $a = a$ vale *a priori* e, conforme Kant, deve ser denominada "analítica", enquanto frases da forma $a = b$ geralmente contêm ampliações valiosas do nosso conhecimento e nem sempre podem ser justificadas *a priori*. A descoberta que não é um novo Sol que se levanta a cada manhã, mas sempre o mesmo, foi, sem dúvida, uma das mais extraordinárias na astronomia. Ainda hoje o reconhecimento de um pequeno planeta ou de um cometa nem sempre é algo óbvio. Ora, se quiséssemos ver a identidade como uma relação entre aquilo a que se referem os nomes "*a*" e "*b*", pareceria que $a = b$ não poderia ser

[3] Uso essa palavra no sentido de identidade e entendo "$a = b$" como "a é o mesmo que b" ou "a e b coincidem".

diferenciado de $a = a$, caso $a = b$ seja verdadeiro. Por esse meio seria exprimida uma relação de uma coisa consigo mesma, e, na verdade, uma relação que cada coisa mantém consigo mesma, mas que nenhuma mantém com outra. O que se quer dizer com $a = b$ parece ser que os símbolos ou nomes "*a*" e "*b*" se referem à mesma coisa, e assim estaríamos a falar desses símbolos; uma relação entre eles seria afirmada. Mas essa relação só existiria entre os nomes ou símbolos à medida que eles nomeassem ou designassem algo. Ela seria uma relação estabelecida pela associação de cada um dos dois símbolos com a mesma coisa designada. Mas essa associação é arbitrária. Ninguém pode ser proibido de tomar como símbolo de algo um processo ou objeto qualquer que possa ser gerado arbitrariamente. Nesse caso, a frase $a = b$ não diria mais respeito à coisa mesma, mas só ao nosso modo de designação; não exprimiríamos com ela nenhum conhecimento real. Mas em muitos casos é justamente isso o que queremos. Se o símbolo "*a*" distingue-se do símbolo "*b*" só como objeto (aqui através da sua forma), e não como símbolo – quer dizer: não no modo como designa algo –, então o valor cognitivo de $a = a$ seria basicamente o mesmo que o de $a = b$, caso $a = b$ seja verdadeiro. Uma diferença só pode tornar-se efetiva caso a diferença dos símbolos corresponda a uma diferença no modo como é apresentado aquilo que é designado. Sejam *a*, *b* e *c* retas que unam o ângulo de um triângulo com o meio do seu lado oposto. O ponto de intersecção de *a* e *b* é então o mesmo que o ponto de intersecção de *b* e *c*. Temos, pois, diferentes designações para o mesmo ponto, e ao mesmo tempo esses nomes ("ponto de intersecção de *a* e *b*", "ponto de intersecção de *b* e *c*") indicam o modo de apresentação, e por isso há na frase um conhecimento real.

Parece então evidente que se pode pensar como associado a um símbolo (nomes, combinação de palavras, caracteres), além daquilo que designa, que se pode chamar de "referência do símbolo", também o que gostaria de chamar de "sentido do símbolo", no qual está contido o modo de apresentação. Assim, a referência das expressões no nosso exemplo "o ponto de intersecção de *a* e *b*" e "o ponto de intersecção de *b* e *c*" seria a mesma, mas não o seu sentido. A referência de "a estrela da manhã" e "a estrela da tarde" seria a mesma, mas não o sentido.

O contexto deixa claro que por "símbolo" e "nome" compreendi qualquer designação que tenha a função de nome próprio, que, portanto, tenha como referência um determinado objeto (esta palavra tomada no seu alcance mais amplo), mas não um conceito ou relação, que deverão ser tratados por mim em outro artigo. A designação de um objeto singular pode também consistir em muitas palavras ou em outros símbolos. Por brevidade, tal designação será denominada "nome próprio".

O sentido de um nome próprio será apreendido por qualquer um que conheça suficientemente a linguagem ou o conjunto das designações à qual ele pertença[4]; nesse caso, contudo, a referência, caso ela exista, sempre será focada apenas parcialmente. O conhecimento completo da referência exigiria que pudéssemos dizer imediatamente se um dado sentido a ela pertence. Jamais chegamos a esse ponto.

A conexão regular entre o símbolo, seu sentido e a sua referência é tal que ao símbolo corresponde um sentido determinado, que por sua vez corresponde a uma referência determinada, enquanto à referência (a um objeto) não é só um símbolo que lhe corresponde. O mesmo sentido tem diferentes expressões em linguagens diferentes, até na mesma linguagem. Certamente, existem exceções para esse comportamento regular. É certo que em um conjunto perfeito de símbolos cada expressão deveria corresponder a um sentido; mas a linguagem comum não satisfaz muitas vezes essa exigência, e devemos já ficar satisfeitos se no mesmo contexto a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido. Talvez se possa conceder que uma expressão, que seja gramaticalmente bem construída e que tenha a função nome próprio, tenha sempre o mesmo sentido. Entretanto, por esse meio não fica estabelecido que ao sentido corresponda também uma referência. A expressão "o corpo celeste mais afastado da Terra" tem um sentido; mas é bastante duvidoso se ela tem também uma referência. A expressão "a série menos convergente" tem um sentido; mas prova-se que ela não tem referência, à medida que se pode encontrar para cada série convergente uma outra que seja ainda convergente. Portanto, mesmo que se apreenda o sentido, não se tem ainda com segurança uma referência.

Se usarmos as palavras de maneira usual, aquilo sobre o que queremos falar é a sua referência. Mas pode acontecer que se queira falar sobre as próprias palavras ou sobre os seus sentidos. Isso ocorre, por exemplo, quando as palavras de terceiros são introduzidas no discurso direto. Então as próprias palavras se referem primariamente às palavras dos outros, e apenas estas têm a referência usual. Temos então símbolos para símbolos. Na escrita, as palavras são nesse caso introduzidas entre aspas. Uma palavra entre aspas não deve então ser tomada como tendo a sua referência usual.

se quer falar do sentido de uma expressão "A", pode-se simplesmente lançar mão da frase "o sentido da expressão "A"". No discurso indireto, falamos do sentido, por exemplo, daquilo que diz um terceiro. Isso torna claro que também nesse caso as palavras não têm a sua

[4] Certamente, as opiniões podem divergir em relação ao sentido de um nome próprio como "Aristóteles". Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido: o aluno de Platão e preceptor de Alexandre Magno. Quem assim procede, relacionará à frase "Aristóteles nasceu em Estagira" um sentido diferente daquele de alguém que tomasse como sentido deste nome: o preceptor de Alexandre Magno nascido em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, pode-se tolerar essa variação do sentido, muito embora ela deva ser evitada no corpo doutrinal de uma ciência demonstrativa e não deva ocorrer em uma linguagem perfeita.

referência usual, mas referem-se ao que é o seu sentido usual. Para dispormos de uma expressão sucinta, podemos dizer: as palavras são usadas no discurso indireto *indiretamente*, ou elas têm uma referência *indireta*. Distinguimos, pois, a referência *usual* de uma palavra da sua referência *indireta* e o seu sentido *usual* do seu sentido *indireto*. A referência indireta de uma palavra é assim o seu sentido usual. Devemos sempre levar em conta tal exceção se queremos apreender corretamente como se dá a conexão entre símbolos, sentido e referência em casos particulares.

A representação associada a um símbolo deve ser diferenciada da sua referência e do seu sentido. Se a referência de um símbolo é um objeto empírico passível de ser percebido, a representação que tenho dele é uma imagem interna[5] decorrente da memória de impressões sensíveis que tive e de ações, tanto internas quanto externas, executadas por mim. Essa imagem é geralmente embebida em sentimentos; a clareza das suas partes separadas é variada e oscilante. Nem sempre a mesma representação é associada ao mesmo sentido, nem mesmo para a mesma pessoa. A representação é subjetiva: a representação de uma pessoa não é a mesma que a de outra. Apenas isso já deixa claro que há uma multiplicidade de representações associadas ao mesmo sentido. Um pintor, um cavaleiro e um zoólogo irão provavelmente associar ao nome "Bucéfalo" representações bem diferentes. Assim, a representação se diferencia fundamentalmente do sentido de um símbolo, que pode ser um bem compartilhado por muitos e, desse modo, não é uma parte ou um modo da mente individual; pois dificilmente se poderá negar que a humanidade tenha um tesouro comum de pensamentos que são transmitidos de uma geração para outra.[6]

Assim, enquanto não hesitamos em falar simplesmente do sentido, para sermos exatos em relação à representação é preciso acrescentar a quem ela pertence e quando. Talvez pudéssemos dizer: assim como a uma mesma palavra uma pessoa pode associar uma representação e outra uma representação diferente, também uma pessoa pode associar a ela um sentido e outra um sentido diferente. Entretanto, a diferença então reside só no modo dessa conexão. Isso não impede que ambos apreendam o mesmo sentido; seja como for, eles não podem ter a mesma representação. *Si duo idem faciunt, non est idem*. Se duas pessoas representassem o mesmo, cada uma teria ainda a sua própria representação. Algumas vezes é

[5] Podemos acrescentar às representações as intuições, casos em que as próprias impressões sensíveis e ações tomam o lugar dos traços que estas deixam na mente. A diferença não é importante para o nosso propósito, especialmente porque, ao lado dos sentimentos e ações, sempre ocorrem lembranças de tais coisas que auxiliam a completar a imagem da intuição. Porém, pode-se também entender a intuição como envolvendo um objeto, à medida que este for perceptível pelos sentidos ou for espacial.

[6] Por isso é um despropósito designar coisas tão diferentes com a palavra "representação".

possível constatar a diferença entre as representações, e até mesmo a diferença dos sentimentos, de pessoas diferentes; mas uma comparação mais exata não é possível, porque não podemos ter essas representações juntas em uma mesma consciência.

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que designamos com ele; a representação que então temos é totalmente subjetiva; entre os dois reside o sentido, que não é subjetivo como a representação, mas por certo não é o próprio objeto. A seguinte analogia talvez seja apropriada para ilustrar essas relações. Alguém observa a Lua através de um telescópio. Comparo a própria Lua com a referência; ela é o objeto da observação, que é veiculado pela imagem real construída no interior do telescópio pela lente objetiva e pela imagem na retina do observador. Aquela comparo com o sentido, esta com a representação ou a intuição. A imagem no telescópio é apenas parcial; ela é dependente do lugar; mas ela é por certo objetiva, uma vez que vários observadores podem fazer uso dela. Pode-se mesmo orientar várias pessoas a fazer uso dela ao mesmo tempo. Mas em relação à imagem na retina cada um teria a sua própria. Mesmo uma congruência geométrica quase não pode ser alcançada em função da diferença no formato dos olhos, e um ajuste perfeito seria impossível. Talvez a analogia possa ser levada adiante se supomos que a imagem na retina de A pode tornar-se visível para B; ou que o próprio A possa ver a imagem da sua retina no espelho. Poder-se- ia aqui mostrar como a própria representação pode ser tomada como objeto, mas nesse caso ela não seria para o observador o que é imediatamente para quem se representa algo. Porém, seguir esta via seria um desvio muito grande.

Podemos então reconhecer três níveis de diferenciação para palavras, expressões e frases completas. Ou a diferença diz respeito no máximo às representações, ou ao sentido, mas não à referência, ou finalmente também à referência. Em relação ao primeiro nível deve-se notar que, em função da ligação incerta das representações com as palavras, para uma pessoa pode haver uma diferença que uma outra não reconheça. A diferença entre a tradução e o texto original não deve realmente ir além desse primeiro nível. O tom e a atmosfera, que a poesia e a eloquência procuram dar ao sentido, pertencem a possíveis diferenças ainda nesse nível. Esse tom e atmosfera não são objetivos; pelo contrário, cada ouvinte e leitor precisa forjá-los por conta própria seguindo as indicações do poeta ou orador. Certamente, sem uma afinidade das representações humanas, a arte não seria possível; entretanto, jamais se pode estabelecer de modo exato em que medida a intenção do poeta é correspondida.

Na sequência não se falará mais das representações e intuições; elas foram aqui mencionadas só para que a representação que uma palavra desperta no ouvinte não seja confundida com o seu sentido ou com a sua referência.

Para propiciar uma maneira sucinta e precisa de se exprimir, sejam as seguintes locuções estabelecidas:

> *Um nome próprio (palavra, símbolo, combinação de símbolos, expressão) exprime o seu sentido, refere-se a ou designa a sua referência. Exprimimos com um símbolo o seu sentido e designamos com ele a sua referência.*

Talvez o cético e o idealista já tenham objetado há muito tempo: "Você fala aqui da Lua como um objeto sem oferecer maiores explicações; mas como você sabe que o nome "a Lua" tem realmente uma referência, como você sabe que alguma coisa tem realmente uma referência?" Respondo que não é a nossa intenção falar da nossa representação da Lua, e que também não nos contentamos com o sentido quando dizemos "a Lua"; pressupomos, antes, uma referência. Se quiséssemos tomar a frase "a Lua é menor do que a Terra" como dizendo algo a respeito da representação da Lua, estaríamos realmente a distorcer o seu sentido. Caso o falante queira dizer tal coisa, ele usaria como recurso a expressão "a minha representação da Lua". Certamente, podemos errar nessa pressuposição, e tais erros já ocorreram. Mas aqui pode ficar sem resposta a questão se talvez aí sempre erramos; inicialmente é suficiente indicar a nossa intenção ao falar ou pensar para justificar a nossa preleção sobre a referência de um símbolo, mesmo que com a reserva: caso exista essa referência.

Até aqui foram considerados o sentido e a referência apenas daquelas expressões, palavras ou símbolos que chamamos de "nomes próprios". Perguntamos agora sobre o sentido e a referência de uma frase declarativa completa. Tal frase contém um pensamento.[7] Devemos encarar esse pensamento como o seu sentido ou como a sua referência? Admitamos uma vez que a frase tenha uma referência! Se nela substituímos uma palavra por outra que tenha a mesma referência, mas um sentido diferente, isso não pode ter qualquer influência sobre a referência da frase. Mas notamos agora que o pensamento modifica-se em uma situação dessas; por exemplo, o pensamento da frase "a estrela a manhã é um corpo iluminado pelo sol" é diferente daquele da frase "a estrela da tarde é um corpo iluminado pelo sol". Alguém que não saiba que a estrela da manhã é a estrela da tarde poderia tomar um pensamento por verdadeiro e o outro por falso. O pensamento não pode ser então a referência da frase e deveremos antes concebê-lo como o seu sentido. O que dizer agora da referência? Podemos afinal perguntar sobre tal coisa? Talvez a frase como um todo só tenha sentido, mas não referência? Em todo caso, pode-se esperar que frases assim existam, do mesmo modo que

[7] Entendo por pensamento não o ato subjetivo de pensar, mas o seu conteúdo objetivo, que é passível de ser uma propriedade comum de várias pessoas.

existem componentes de frases que até mesmo possuem um sentido, mas não têm referência. E as frases que contêm nomes próprios sem referência serão frases desse tipo. A frase "Ulisses desembarcou em Ítaca dormindo profundamente" tem claramente um sentido. Porém, visto que é duvidoso se o nome que nela ocorre, "Ulisses", tem uma referência, é também duvidoso se a frase completa tem uma referência. Em todo caso, é certo que uma pessoa, ao tomar seriamente a frase por verdadeira ou por falsa, também atribuirá uma referência ao nome "Ulisses", e não apenas um sentido; pois é à referência desse nome que o predicado será atribuído ou negado. Quem não reconhece uma referência, não pode atribuir ou negar a ela um predicado. Ora, se queremos parar no pensamento, este avanço até a referência do nome seria desnecessário; poderíamos ficar satisfeitos com o sentido. Se o interesse fosse só o sentido da frase, ou seja, o pensamento, então não seria preciso inquietar-se com a referência de uma parte da frase; pois para o sentido de uma frase é relevante apenas o sentido, e não a referência dessa parte. O pensamento permanece o mesmo, caso o nome "Ulisses" tenha ou não uma referência. Que realmente nos preocupemos com a referência de uma parte da frase, é um indício de que em geral também reconhecemos e demandamos uma referência para a própria frase. O pensamento perde em valor para nós tão logo reconheçamos que uma das suas partes carece de referência. Estamos assim justificados a não ficar satisfeitos só com o sentido de uma frase mas também a perguntar por sua referência. Por que então queremos ter para cada nome próprio não só um sentido, mas também uma referência? Por que só o pensamento não é o suficiente? Porque e à medida que o seu valor de verdade nos interessa. Isso nem sempre é o caso. Ao ouvir uma epopeia, por exemplo, além da melodia da linguagem, somos cativados apenas pelo sentido das frases e pelas representações e sentimentos que então são despertados. Com a questão sobre a verdade abdicaríamos do prazer estético e nos voltaríamos para uma consideração científica. Portanto, à medida que o poema é tomado como uma obra de arte, para nós é indiferente se o nome "Ulisses", por exemplo, tem referência.[8] Acima de tudo, é a busca pela verdade o que nos impulsiona a avançar do sentido para a referência.

Vimos então que se deve sempre procurar uma referência para uma frase caso a referência das suas partes seja relevante; e isso acontece no caso, e somente no caso, em que perguntamos pelo valor de verdade.

Somos assim impelidos a aceitar o *valor de verdade* de uma frase como a sua

[8] Seria desejável ter uma expressão especial para símbolos que devem ter apenas sentido. Se os chamarmos, por exemplo, de "imagem", as palavras de um ator no palco seriam imagens, até mesmo o próprio ator seria uma imagem.

referência. Por "valor de verdade de uma frase" entendo o fato de uma frase ser verdadeira ou ser falsa. Não existem outros valores de verdade. Por brevidade denomino um deles como "o Verdadeiro" e o outro como "o Falso". Cada frase declarativa, em relação à qual a referência das palavras é relevante, deve assim ser compreendida como um nome próprio, e a sua referência, caso ela exista, é o Verdadeiro ou o Falso. Esses dois objetos são reconhecidos, ainda que implicitamente, por cada um que realmente faça um juízo, que tome algo por verdadeiro, portanto também pelo cético. A designação dos valores de verdade como objetos pode parecer aqui uma ideia arbitrária e talvez como um mero jogo com palavras, a partir do qual não se deveria tirar qualquer consequência profunda. O que eu chamo de objeto pode ser explicado com maior detalhe somente em relação às noções de conceito e relação. Desejo reservar isso para outro artigo. Mas gostaria de deixar aqui esclarecido pelo menos que em cada juízo[9] – não importa quão óbvio ele seja – o passo do nível do pensamento para o nível da referência (o objetivo) já foi dado.

Poder-se-ia ficar tentado a encarar a relação do pensamento com o Verdadeiro não como aquela entre o sentido e a referência, mas como aquela entre o sujeito e o predicado. Pois realmente podemos dizer: "O pensamento de que 5 é um número primo é verdadeiro". Entretanto, se observarmos melhor, notaremos que com isso não é realmente dito nada mais do que a frase simples "5 é um número primo". A afirmação da verdade encontra-se nos dois casos na forma da frase declarativa, e nos casos em que ela não tem a sua força habitual, por exemplo, quando pronunciada por um ator no palco, a frase "o pensamento de que 5 é um número primo é verdadeiro" só contém um pensamento, que é justamente o mesmo que o da frase simples "5 é um número primo". Pode-se inferir daí que a relação do pensamento com o Verdadeiro não deve ser comparada com aquela entre o sujeito e o predicado. Decerto, o sujeito e o predicado, compreendidos no sentido lógico, são partes do pensamento; para o entendimento eles encontram-se no mesmo nível. Por meio da junção do sujeito com o predicado sempre se chega somente a um pensamento, jamais se passa de um sentido para a referência, jamais do pensamento para o seu valor de verdade. Nós nos movimentamos no mesmo nível, mas não passamos de um nível para o próximo. Um valor de verdade não pode ser parte de um pensamento, tampouco como, por exemplo, o Sol, pois ele não é um sentido, mas um objeto.

Se for correta a nossa suposição de que a referência de uma frase é o seu valor de verdade, este deve permanecer inalterado quando substituímos uma das partes da frase por

[9] Um juízo não é só a apreensão de um pensamento, mas o reconhecimento da sua verdade.

outra expressão com a mesma referência, mas com outro sentido. E isto é realmente o que acontece. Leibniz explica aqui: "*Eadem sunt, quae sibi, mutuo substitui possunt, salva veritate*". Se não for o valor de verdade, o que mais pode ser encontrado que em geral pertença a cada frase, em relação a que a referência das partes componentes seja relevante, e que permaneça inalterado em uma substituição do tipo proposto?

Se o valor de verdade de uma frase é a sua referência, todas as frases verdadeiras, de um lado, têm a mesma referência, e todas as falsas, de outro, têm a mesma referência. Donde se vê que na referência de uma frase são apagadas todas as particularidades. Assim, não é só a referência de uma frase o que nos importa; mas o pensamento sozinho também não constitui um conhecimento, antes o pensamento junto com a sua referência, quer dizer, o seu valor de verdade. Julgar pode ser entendido como o avanço de um pensamento para o seu valor de verdade. Por certo isso não é uma definição. O julgar é algo bem peculiar e incomparável. Pode-se também dizer que julgar seja a diferenciação de partes no interior do valor de verdade. Essa diferenciação ocorre quando se voltapara o pensamento. Cada sentido, que pertence a um valor de verdade, corresponderia a um modo próprio da análise. Porém, utilizei aqui a palavra "parte" de um modo especial. Transferi a relação do todo e da parte das frases para a sua referência à medida que denominei a referência de uma palavra, quando esta for parte da frase, como parte da referência da frase. Esse modo de exprimir é certamente criticável, porque o todo não determina uma referência e a parte alguma outra, e porque a palavra parte já tem outro sentido em relação a corpos. Uma expressão própria deveria ser aqui inventada.

A suposição de que o valor de verdade de uma frase é a sua referência deve continuar a ser avaliada. Descobrimos que o valor de verdade de uma frase permanece intacto quando substituímos nela uma expressão por outra com a mesma referência: mas ainda não consideramos o caso no qual a expressão a ser substituída é ela mesma uma frase. Se a nossa perspectiva é correta, o valor de verdade de uma frase, que contém uma outra como parte, deve permanecer o mesmo se introduzirmos no lugar dessa parte uma outra cujo valor de verdade seja o mesmo. Exceções devem ser esperadas se o todo ou a parte da frase encontra-se no discurso direto ou indireto; pois, como vimos, a referência de uma expressão não é então a usual. Uma frase refere-se no discurso direto a uma frase e no discurso indireto refere-se a um pensamento.

Somos assim levados à consideração das orações subordinadas. Elas são complementos de uma parte da frase que, do ponto de vista lógico, aparece também como oração, especificamente como oração principal. Mas aqui estamos frente à questão se em

relação às orações subordinadas vale igualmente que a sua referência é um valor de verdade. Do discurso indireto já sabemos o contrário. Os gramáticos encaram as orações subordinadas como substitutos de partes da frase, e as dividem então em orações substantivas, adjetivas e adverbiais. Isso pode levar à suposição de que a referência de uma oração subordinada não seja um valor de verdade, mas seja análoga àquela de um substantivo ou adjetivo ou advérbio, em suma, de uma parte da frase que não tem como sentido um pensamento, mas só uma parte desse pensamento. Apenas uma investigação acurada pode lançar luz sobre isso. Nela não seguiremos à risca as distinções da gramática, mas agruparemos o que for similar do ponto de vista lógico. Selecionemos inicialmente os casos em que o sentido de uma oração subordinada, tal como a pouco supomos, não seja um pensamento independente.

O caso das orações subordinadas substantivas objetivas introduzidas por "que" inclui também o discurso indireto, no qual, como vimos, as palavras têm referência indireta, que corresponde ao seu sentido usual. Aqui a oração subordinada tem como referência um pensamento, não um valor de verdade; como sentido não um pensamento, mas o sentido das palavras "o pensamento que ...", que é só uma parte do pensamento da frase composta. Isso ocorre após "dizer", "ouvir", "acreditar", "estar convencido", "concluir", e palavras semelhantes.[10] A situação é diferente e mais complexa após palavras como "reconhecer", "saber", "iludir-se", que serão posteriormente consideradas.

Que nesses casos a referência de uma oração subordinada seja realmente um pensamento, pode-se ver também no fato de ser indiferente para a verdade do todo se esse pensamento é verdadeiro ou falso. Como exemplo podemos comparar as duas frases: "Copérnico acreditou que as órbitas dos planetas eram circulares" e "Copérnico acreditou que o movimento aparente do Sol era causado pelo movimento real da Terra". Pode-se aqui empregar uma oração subordinada no lugar da outra sem prejuízo para a verdade. A oração principal junto com a oração subordinada tem como sentido só um único pensamento, e a verdade do todo não implica a verdade nem a falsidade da oração subordinada. Nesses casos não é permitido substituir na oração subordinada uma expressão por outra que tenha a mesma referência usual, mas somente por outra que tenha a mesma referência indireta, ou seja, o mesmo sentido usual. Se alguém quisesse concluir: a referência de uma frase não é o seu valor de verdade, "pois então ela sempre poderia ser substituída por outra com o mesmo valor de verdade", ele provaria demais; poder-se-ia igualmente afirmar que a referência da palavra "estrela da manhã" não seria o planeta Vênus; pois nem sempre se poderia dizer "Vênus" no

[10] Em "A mentiu que ele viu B", a oração subordinada se refere a um pensamento, do qual é dito, primeiramente, que A o afirmou como verdadeiro, e, em segundo lugar, que A estava convencido da sua falsidade.

lugar de “estrela da manhã”. Aqui se pode apenas tirar a consequência de que a referência de uma frase nem sempre é o seu valor de verdade, e que “estrela da manhã” nem sempre se refere ao planeta Vênus, a saber, quando a palavra tem a sua referência indireta. Tal exceção ocorre em relação às orações subordinadas que consideramos há pouco, quais sejam, as orações subordinadas que têm como referência um pensamento.

Se dissermos “parece que...”, queremos dizer com isso “parece-me que...” ou “acredito que...”. Encontramos novamente o caso mencionado. A situação é similar em relação às expressões “ficar feliz”, “lamentar”, “aprovar”, “criticar”, “esperar”, “temer”. Se, ao final da batalha de Waterloo, Wellington ficou feliz com o fato de que os prussianos se aproximavam, a razão para tanto foi uma convicção. Ele não teria ficado menos feliz se tivesse se enganado, pelo menos enquanto durasse a sua ilusão, e antes que tivesse a convicção que os prussianos se aproximavam, ele não poderia ficar feliz com isso, mesmo que eles de fato se aproximassem.

Assim como a convicção ou uma crença é a razão para um sentimento, ela pode ser também a razão para uma convicção, como acontece em inferências. Na frase “Colombo inferiu a partir da forma esférica da Terra que ele poderia atingir a Índia viajando para o oeste”, temos dois pensamentos como referências das partes: que a Terra é redonda e que Colombo pode chegar à Índia viajando para o oeste. Novamente, aqui só importa que Colombo estava convencido de um e de outro, e que uma convicção foi a razão da outra. Se a Terra realmente é redonda e se Colombo, assim como ele pensou, pudesse realmente atingir a Índia viajando para o oeste, é irrelevante para a verdade da nossa frase; mas não é irrelevante se no lugar de “Terra” introduzirmos “o planeta que tem uma lua cujo diâmetro é maior do que a quarta parte do seu próprio tamanho”. Também aqui temos a referência indireta da expressão.

Orações adverbiais finais introduzidas por “para que” e “a fim de que” também pertencem a essa classe; pois o fim é claramente um pensamento; portanto: referência indireta da palavra, modo subjuntivo.

A oração subordinada introduzida por “que” após “ordenar”, “pedir”, “proibir” teria no discurso direto a forma do imperativo. Essa oração não tem referência, mas só um sentido. É certo que uma ordem e um pedido não são pensamentos, mas eles estão no mesmo nível que os pensamentos. Portanto, as palavras têm as suas referências indiretas em orações subordinadas dependentes de “ordenar”, “pedir”, etc. As referências dessas orações não são assim os seus valores de verdade, mas uma ordem, um pedido, e similares.

O caso é parecido com o das orações que complementam locuções como “duvidar

se", "não saber que". Aqui também é fácil ver que as palavras devam ser tomadas em sua referência indireta. Muitas vezes as orações interrogativas complementares introduzidas por "quem", "que", "onde", "quando", "como", "pelo que", etc. parecem muito com orações adverbiais, nas quais as palavras têm a referência usual. Esses dois casos se diferenciam linguisticamente pelo modo verbal. Temos as orações interrogativas complementares no subjuntivo e palavras com referência indireta, de tal modo que em geral um nome próprio não pode ser substituído por outro nome próprio do mesmo objeto.

Nos casos até aqui considerados as palavras, em orações subordinadas, tinham a sua referência indireta, e a partir disso foi esclarecido que a referência de uma oração subordinada também é uma referência indireta; quer dizer, não um valor de verdade, mas um pensamento, uma ordem, um pedido, uma interrogação. A oração subordinada poderia ser concebida como um substantivo, e poder-se-ia mesmo dizer: como um nome próprio daquele pensamento, daquela ordem, etc., e como tal entraria no contexto da frase composta.

Chegamos agora às orações subordinadas nas quais as expressões têm a sua referência usual sem que o pensamento figure como o sentido e o valor de verdade como a referência. Como isso é possível ficará claro por meio de exemplos.

"Quem descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas morreu na miséria".

Se aqui a oração subordinada tivesse como sentido um pensamento, deveria ser possível exprimi-lo também em uma oração principal. Mas isso não é possível, pois o sujeito gramatical "quem" não tem um sentido independente, introduzindo antes uma conexão com a oração subsequente "morreu na miséria". Portanto, o sentido da oração subordinada também não é um pensamento completo e a sua referência não é um valor de verdade, mas Kepler. Poder-se-ia objetar que o sentido do todo compreende em parte um pensamento, qual seja, o pensamento de que houve alguém que primeiramente reconheceu a órbita elíptica dos planetas; pois quem tomou o todo por verdadeiro não poderia negar essa parte. Não há dúvida quanto a isso; mas só porque, de outro modo, a oração subordinada "quem descobriu a ordem elíptica dos planetas" não teria uma referência. Se algo é afirmado, é sempre óbvia a pressuposição de que os nomes próprios simples ou complexos usados na frase têm uma referência. Se afirmarmos "Kepler morreu na miséria", pressupomos que o nome "Kepler" designa algo; apesar disso, o pensamento de que o nome "Kepler" designa algo não está contido no sentido de "Kepler morreu na miséria". Se esse fosse o caso, a negação não deveria ser

"Kepler não morreu na miséria",

mas

> "Kepler não morreu na miséria ou o nome 'Kepler' não tem referência".

Que o nome "Kepler" designa algo, é antes uma pressuposição tanto da afirmação

> "Kepler morreu na miséria"

como da sua contrária. Ora, as linguagens têm o defeito que nelas são possíveis expressões que, em conformidade com a sua forma gramatical, parecem destinadas a designar um objeto, mas em casos excepcionais não realizam esse fim porque isso depende da verdade de uma frase.

Assim, depende da verdade da frase

> "existe alguém que descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas"

se a oração subordinada

> "quem descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas"

realmente designa um objeto ou só desperta essa impressão, quando na verdade não tem referência. E assim pode parecer que a nossa oração subordinada possui como parte do seu sentido o pensamento de que houve alguém que descobriu a órbita elíptica dos planetas. Se isso fosse correto, a negação deveria ser:

> "quem descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas não morreu na miséria, ou não houve alguém que descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas."

Isso é devido a uma imperfeição da linguagem que, diga-se de passagem, nem a linguagem simbólica da análise é totalmente livre; também nela podem ocorrer ligações de símbolos que para nós parecem se referir a algo, mas que, pelo menos até o momento, ainda são desprovidas de referência, por exemplo, séries infinitas divergentes. Pode-se evitar isso, por exemplo, pela estipulação especial de que séries infinitas divergentes devem se referir ao número 0. Deve-se exigir de uma linguagem logicamente perfeita (*Begriffsschrift*) que cada expressão, construída gramaticalmente de modo correto como nome próprio a partir de símbolos já introduzidos, também designe realmente um objeto, e que nenhum novo símbolo seja introduzido como nome próprio sem que uma referência lhe seja assegurada. Nas lógicas se previne contra a ambiguidade das expressões como fonte de erros lógicos. Assumo como sendo igualmente pertinente a prevenção contra nomes próprios aparentes que não têm referência. A história da matemática pode nos relatar erros que daí surgem. Essa situação também propicia o abuso demagógico, talvez mais do que no caso de palavras ambíguas. "A vontade do povo" pode servir como exemplo; pois pelo menos pode ser facilmente constatado que não há uma referência geralmente aceita para essa expressão. Assim, definitivamente não é sem importância estancar de uma vez por todas a fonte de tais erros, pelo menos na ciência.

As objeções que discutimos há pouco serão então impossíveis, pois jamais pode depender da verdade de um pensamento que um nome próprio tenha uma referência.

Na consideração dessas orações substantivas podemos acrescentar um tipo de orações adjetivas e adverbiais que, de um ponto de vista lógico, têm com elas algum parentesco.

Orações adjetivas também servem para construir nomes próprios complexos, mesmo que para isso elas não sejam sozinhas o bastante, como é o caso das orações substantivas. Essas orações adjetivas devem ser apreciadas como adjetivos. Ao invés de "a raiz quadrada de 4 que é menor do que 0", pode-se dizer "a raiz quadrada negativa de 4". Temos aqui o caso em que um nome próprio complexo é construído a partir de uma expressão para um conceito com a ajuda de um artigo definido no singular, o que em geral é permitido se um objeto, e somente um único, cair sob o conceito.[11] Assim, as expressões para conceitos podem ser construídas de tal modo que certas características são oferecidas pela oração adjetiva, como em nosso exemplo pela oração "que é menor do que 0". É esclarecedor que, tampouco como as orações substantivas, uma oração adjetiva possa não ter um pensamento como sentido e um valor de verdade como a sua referência, mas ter como sentido só uma parte do pensamento, que em muitos casos pode ser também exprimido por um único adjetivo. Tanto nesse caso como naquele das orações substantivas falta um sujeito independente, e por isso também fica excluída a possibilidade de o sentido da oração subordinada ser reproduzido em uma oração principal independente.

Lugares, instantes, porções de tempo, são, logicamente considerados, objetos; desse modo, deve-se compreender a designação linguística de um lugar específico, de um momento específico ou de uma porção de tempo como sendo um nome próprio. Orações adverbiais locativas e temporais podem então ser usadas para construir esses nomes próprios de maneira similar como vimos em relação às orações substantivas e adjetivas. Do mesmo modo, podem ser construídas expressões para conceitos que compreendam lugares etc. Deve-se aqui também notar que o sentido dessas orações subordinadas não pode ser reproduzido em uma oração principal, pois falta um componente essencial, qual seja a determinação do lugar ou do tempo, que somente é indicado por meio de um pronome relativo ou por uma conjunção.[12]

[11] De acordo com o que foi estabelecido anteriormente, para uma expressão assim ficaria na verdade sempre assegurada uma referência por meio de uma estipulação especial, por exemplo, pela determinação de que o número 0 vale como a sua referência quando nenhum objeto ou mais do que um cair sob o conceito.

[12] Vale notar que diferentes concepções são possíveis para frases desse tipo. Podemos reproduzir o sentido da frase "depois que Schleswig-Holstein foi separado da Dinamarca, a Prússia e a Áustria se desuniram" também na forma "depois da separação de Schleswig- Holstein da Dinamarca, a Prússia e a Áustria se desuniram". Nessa forma é claro que o pensamento que em algum momento Schleswig-Holstein foi separada da Dinamarca não deve ser concebido como parte do seu sentido, mas antes como a pressuposição necessária para que a expressão

Também nas orações condicionais, como já vimos em relação às substantivas, adjetivas e adverbiais, deve-se em geral reconhecer um componente indicador indeterminado que na oração consequente a ele corresponda. À medida que os dois apontam um para o outro, eles unem as duas orações em um todo, que de regra exprime apenas um pensamento. Na frase

"se um número é menor do que 1 e maior do que 0, o seu quadrado é também menor do que 1 e maior do que 0"

este componente é "um número" na oração condicional e "seu" na consequente. É por meio dessa indeterminação que o sentido recebe a generalidade que se espera de uma lei. Mas disso também decorre que a oração condicional isolada não tem um pensamento completo como o seu sentido, e que ela junto com a oração consequente possa exprimir um e exatamente um pensamento, parte do qual não é mais um pensamento. Em geral é incorreto dizer que em um juízo hipotético dois juízos sejam colocados em uma relação de reciprocidade. Quando se diz isso, ou então algo parecido, a palavra "juízo" é usada no mesmo sentido que associei à palavra "pensamento", de tal modo que diria: "Em um pensamento hipotético, dois pensamentos são colocados em uma relação de reciprocidade". Isso só poderia ser verdade se não ocorresse um componente indicador indeterminado[13]; mas aí também não haveria generalidade.

Se um instante deve ser indicado como indeterminado nas orações condicional e consequente, não raramente isso ocorre apenas por meio do uso do *Tempus praesens* do verbo, que então não diz respeito ao momento atual. Essa forma gramatical é então o componente indeterminado de indicação na oração principal e na subordinada. "Se o Sol encontra-se no Trópico de Câncer, ocorre na parte norte da Terra o mais longo dos dias", é um exemplo disso. Também aqui é impossível exprimir o sentido da oração subordinada em uma oração principal, porque esse sentido não é um pensamento completo; pois se disséssemos: "o Sol encontra-se no Trópico de Câncer", relacionaríamos isso com o momento presente e assim o sentido seria diferente. Muito menos é o sentido da oração principal um pensamento; somente

---

"depois da separação de Schleswig-Holstein da Dinamarca" tenha afinal uma referência. Nossa frase deixa-se certamente ser concebida de tal modo que com ela deva ser dito que em algum momento Schleswig-Holstein foi separada da Dinamarca. Então encontramos um caso que será posteriormente considerado. Para reconhecer mais claramente essa diferença, coloquemo-nos na pele de um Chinês que, por seu parco conhecimento da história europeia, toma por falso que em algum momento Schleswig- Holstein tenha sido separado da Dinamarca. Ele não tomaria a nossa frase, concebida na primeira forma, nem como verdadeira, nem como falsa, mas irá negar a ela qualquer referência, pois negaria que a oração subordinada tenha referência. Apenas aparentemente ela daria uma determinação temporal. Pelo contrário, se ele concebe a nossa frase do segundo modo, achará que nela um pensamento é exprimido, pensamento que tomaria por falso, ao lado do qual achará uma parte, que para ele seria sem referência

[13] Algumas vezes falta um indicador exprimido linguisticamente e este deve ser retirado do contexto global.

o todo da oração principal e subordinada contém um pensamento. Vale notar ainda que várias partes componentes, comuns às orações condicional e consequente, podem ser também indicadas de maneira indeterminada.

É claro que as orações substantivas introduzidas por "quem", "que" e as orações adverbiais introduzidas por "onde", "quando", "onde quer que", "sempre que" podem ser em muitos casos compreendidas, do ponto de vista do sentido, como orações condicionais, por exemplo, "quem toca a desgraça, lambuza-se".

Orações condicionais podem também representar orações adjetivas. Assim, podemos exprimir o sentido da nossa frase anteriormente introduzida também na forma "o quadrado de um número, que é menor do que 1 e maior do que 0, é menor do que 1 e maior do que 0".

A situação muda se o componente comum da oração principal e da subordinada for marcado por um nome próprio.

Na frase

"O próprio Napoleão, que reconheceu o perigo para o seu flanco direito, conduziu os seus soldados ao encontro da posição inimiga"

são dois pensamentos exprimidos:

1. Napoleão reconheceu o perigo para o seu flanco direito;
2. O próprio Napoleão conduziu os seus soldados ao encontro da posição inimiga.

É só no contexto que se pode reconhecer quando e onde isso ocorreu, porém, por esse meio, isso tem de ser visto como determinado. Quando pronunciamos a nossa frase inteira como uma afirmação, afirmamos com ela os dois componentes da frase ao mesmo tempo. Se um desses componentes é falso, o todo é então falso. Aqui encontramos o caso no qual a oração subordinada contém em si mesma um pensamento completo como o seu sentido (se nós a completamos com advérbios de tempo e lugar). Assim, a referência da oração subordinada é um valor de verdade. Podemos então esperar que ela se deixe substituir por uma outra oração com o mesmo valor de verdade sem que haja prejuízo para a verdade do todo. Isso também ocorre; mas deve-se notar que o seu sujeito tem de ser "Napoleão" apenas em função de uma razão puramente gramatical, pois somente assim ela pode ser colocada na forma de uma oração adjetiva que diz respeito a "Napoleão". Porém, quando se abandona a exigência de vê-la nessa forma, e se permite a coordenação com "e", essa limitação desaparece.

Também em frases subordinadas introduzidas por "embora" são exprimidos pensamentos completos. Essa conjunção não tem realmente um sentido e também não muda o

sentido da frase, mas só lhe confere um tom bastante peculiar.[14] Ora, podemos substituir a oração concessiva por outra com o mesmo valor de verdade sem prejuízo para verdade do todo; mas o tom pareceria um pouco inadequado, como se uma pessoa quisesse cantar de uma maneira jocosa uma canção com um conteúdo triste.

Nos últimos casos a verdade do todo compreende a verdade das partes. A situação é diferente se a oração condicional exprimir um pensamento completo, à medida que, em vez de conter só um componente indicador, possui um nome próprio ou algo que deve ser visto como similar.

Na frase

"se neste momento o Sol já nasceu, o céu está muito nublado"

o tempo é o presente, portanto determinado. Também o lugar deve ser entendido como determinado. Pode-se dizer aqui que é estabelecida uma relação entre os valores de verdade das frases condicional e consequente, qual seja, que não há um caso no qual o antecedente se refere ao Verdadeiro e o consequente ao Falso. Por isso a nossa frase é verdadeira se o Sol ainda não nasceu, esteja o céu muito nublado ou não, assim como é verdadeira se o Sol já nasceu e o céu está muito nublado. Visto que aqui só interessa o valor de verdade, pode-se substituir cada uma das partes componentes por outra com o mesmo valor de verdade sem que o valor de verdade do todo mude. Certamente, na maioria das vezes o tom seria também inadequado: o pensamento pareceria ser um pouco de mau gosto; mas isso não teria nada a ver com o seu valor de verdade. Deve-se aqui sempre estar atento para o fato de que um pensamento concomitante é evocado, mas não é realmente exprimido, e por isso não deve ser incluído no sentido da frase, não tendo então influência sobre o seu valor de verdade.[15]

Com isso foram discutidos os casos mais simples. Façamos agora uma síntese do que aprendemos!

A maioria das frases subordinadas não tem como sentido um pensamento, mas só uma parte disso e, consequentemente, não tem como referência um valor de verdade. Isso é assim ou porque na oração subordinada as palavras têm a sua referência indireta, de tal modo que a referência, não o sentido da oração subordinada, é um pensamento, ou porque a oração subordinada é incompleta pelo fato de que uma das suas partes componentes que serve de indicador é indeterminada, de tal modo que ela exprime um pensamento só quando associada

[14] O mesmo temos em relação a "mas" e "porém".
[15] Poder-se-ia exprimir o pensamento da nossa frase assim: "ou agora o Sol não nasceu ainda, ou o céu está muito nublado", pelo que vemos como é preciso conceber o modo de concatenação da frase.

à oração principal. Existem também casos nos quais o sentido da oração subordinada é um pensamento completo, e assim ela pode ser substituída por outra com o mesmo valor de verdade sem prejuízo para a verdade do todo, pelo menos enquanto não existirem dificuldades gramaticais.

Se considerarmos todas as orações subordinadas que se podem encontrar, rapidamente iremos nos deparar com algumas que não se deixam acomodar nessas categorias. Até onde vejo, a razão disso está no fato de que essas orações subordinadas não têm um sentido tão simples. Tudo indica que elas associam ao pensamento principal, que proferimos, pensamentos concomitantes que, embora não sejam proferidos, o ouvinte, em conformidade com leis psicológicas, também associa às nossas palavras. E porque parecem naturalmente associar-se às nossas palavras, quase como o próprio pensamento principal, então parece que também queremos exprimir esses pensamentos concomitantes. Com isso o sentido da frase torna-se mais rico, e pode mesmo acontecer que tenhamos mais pensamentos simples do que frases. Em alguns casos, a frase deve ser assim entendida, em outros pode ser duvidoso se o pensamento concomitante pertence ao sentido da frase ou apenas o acompanha.[16] Assim, talvez se possa achar que na frase

"O próprio Napoleão, que reconheceu o perigo para o seu flanco direito, conduziu os seus soldados ao encontro da posição inimiga"

não seriam exprimidos apenas os dois pensamentos acima mencionados, mas também aquele de que o conhecimento do perigo foi uma razão pela qual ele conduziu os soldados ao encontro da posição inimiga. Pode-se de fato ficar em dúvida se esse pensamento só é sugerido ou se ele é realmente exprimido. Coloca-se a questão se a nossa frase seria falsa se a decisão de Napoleão já tivesse sido tomada antes da percepção do perigo. Se, apesar disso, a nossa frase pudesse ser verdadeira, nosso pensamento concomitante não deveria ser apreendido como parte do sentido da nossa frase. Provavelmente decidiremos a favor disso. Em outros casos, a situação seria deveras complicada: teríamos então mais pensamentos simples do que frases. Se agora também substituímos a frase

"Napoleão reconheceu o perigo para o seu flanco direito"

por outra com o mesmo valor de verdade, como por exemplo, pela frase

"Napoleão tinha então mais do que 45 anos de idade",

isso mudaria não apenas o nosso primeiro pensamento, mas também o nosso terceiro pensamento, e assim também o seu valor de verdade mudaria – a saber, se a idade dele não foi uma razão para a sua decisão de conduzir os soldados contra a posição inimiga. Podemos ver

[16] Isso pode tornar-se importante para a questão se uma afirmação é uma mentira, um juramento ou um perjúrio.

aqui por que em tais casos nem sempre frases com o mesmo valor de verdade podem ser substituídas entre si. Em função da sua ligação com outra frase, uma frase exprime mais do que exprime por si mesma quando tomada isoladamente.

Consideremos agora os casos nos quais isso ocorre regularmente.

Na frase

"Bebel tem a ilusão de que o desejo de vingança da França pode ser aplacado pela devolução da Alsácia-Lorena"

são exprimidos dois pensamentos, que, no entanto, não pertencem respectivamente à oração principal e à oração subordinada, quais sejam,

1. Bebel acredita que o desejo de vingança da França pode ser aplacado pela devolução da Alsácia-Lorena;
2. O desejo de vingança da França não pode ser aplacado pela devolução da Alsácia-Lorena.

Na expressão do primeiro pensamento, as palavras da oração subordinada têm referências indiretas, enquanto as mesmas palavras na expressão do segundo pensamento têm referências usuais. Vemos então que a oração subordinada em nossa frase complexa original deve ser realmente tomada como dupla, possuindo em cada caso uma referência distinta, que em um caso é o pensamento e no outro é um valor de verdade. Porque o valor de verdade não é a referência total da oração subordinada, não podemos simplesmente substituí-la por uma outra com o mesmo valor de verdade. Isso vale também para expressões como "saber", "reconhecer", "estar familiarizado".

Por meio de uma oração subordinada causal, juntamente com a sua oração principal, exprimimos vários pensamentos que não correspondem às orações tomadas individualmente.

Na frase

"Porque o gelo é mais leve do que a água, ele boia na água"

Temos

1. o gelo é mais leve que do que a água;
2. se algo é mais leve do que a água, ele boia na água;
3. o gelo boia na água.

A rigor, o terceiro pensamento não precisa ser expressamente estabelecido como estando contido nos dois primeiros. Pelo contrário, nem o primeiro e o terceiro, nem o segundo e o terceiro, quando juntos, constituiriam o sentido da nossa frase. Vemos assim que

em nossa oração subordinada

"porque o gelo é mais leve do que a água"

é exprimido tanto o nosso primeiro pensamento como uma parte do nosso segundo. Disso decorre que não podemos simplesmente substituir a nossa oração subordinada por outra com o mesmo valor de verdade; pois então o nosso segundo pensamento também se modificaria, e com isso também o seu valor de verdade poderia ser atingido.

O caso é similar em relação à frase

"se o ferro fosse mais leve do que a água, ele boiaria na água".

Temos aqui dois pensamentos, que o ferro não é mais leve do que a água e que algo boia na água se é mais leve do que a água. A oração subordinada exprime novamente um pensamento e uma parte de outro pensamento. Se concebermos a frase anteriormente considerada

"depois que Schleswig-Holstein foi separada da Dinamarca, a Prússia e a Áustria se desuniram"

de tal modo que nela é exprimido o pensamento de que Schleswig- Holstein em algum momento foi separado da Dinamarca, então temos primeiramente esse pensamento, e, em segundo lugar, o pensamento de que em um momento, que fica determinado pela oração subordinada, a Prússia e a Dinamarca se desuniram. Também nesse caso a oração subordinada não exprime só um pensamento, mas também uma parte de outro. Por isso não se deve geralmente substituí-la por outra com o mesmo valor de verdade.

É difícil esgotar todas as possibilidades que são dadas na linguagem; mas espero principalmente ter encontrado as razões por que nem sempre podemos colocar no lugar de uma oração subordinada uma outra com o mesmo valor de verdade sem prejuízo para a verdade do todo da frase complexa. Elas são:

1. que a oração subordinada não se refere a um valor de verdade e só exprime apenas uma parte do pensamento;
2. que a oração subordinada se refere a um valor de verdade, mas não se limita a tanto, à medida que seu sentido compreende, além de um pensamento, ainda uma parte de outro pensamento.

O primeiro caso ocorre

a) em relação à referência indireta das expressões,

b) se uma parte da frase indica só indeterminadamente, em vez de ser um nome próprio.

No segundo caso, a oração subordinada pode ser tomada duplamente, ou seja, uma vez como tendo uma referência usual, outra vez como tendo uma referência indireta; ou o sentido de uma parte da oração subordinada pode ser ao mesmo tempo parte de outro pensamento que, juntamente com o pensamento que é imediatamente exprimido na frase subordinada, forma o sentido total da oração principal e subordinada.

Podemos ver aqui que a emergência de casos nos quais uma oração subordinada não é substituível por outra com o mesmo valor de verdade nada prova contra a nossa opinião de que o valor de verdade seja a referência da frase, cujo sentido é um pensamento.

Voltemos ao nosso ponto de partida!

Se em geral achamos uma diferença no valor cognitivo de "$a = a$" e "$a = b$", isso se explica pelo fato de que, a respeito do valor cognitivo, o sentido de uma frase, a saber, o pensamento que nela é exprimido, não menos deva ser levado em conta que a sua referência, que é o seu valor de verdade. Se $a = b$, a referência de "b" é certamente a mesma que aquela de "a", e assim também o valor de verdade de "$a = b$" é o mesmo que o de "$a = a$". Apesar disso, o sentido de "b" pode ser diferente do sentido de "a", e com isso também o pensamento exprimido por "$a = b$" pode ser diferente daquele que é exprimido em "$a = a$"; assim as duas frases não têm o mesmo valor cognitivo. Se, como fizemos anteriormente, entendemos sob "juízo" o avanço do pensamento para o seu valor de verdade, também diremos que os juízos são diferentes.